

CPIs consagraram senadores

295

José Varella 29.6.00

Saturnino Braga não é o primeiro parlamentar a ser forçado a aceitar a relatoria de um processo polêmico. Também não é o único a alcançar a fama nacional depois de assumir a árdua tarefa que ninguém queria. Esta mesma história já aconteceu com pelo menos dois parlamentares indicados relatores para duas das mais importantes Comissões Parlamentares de Inquérito do país: a CPI dos Precatórios e a CPI que resultou no impeachment do ex-presidente Fernando Collor.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) elegeu-se suplente em 1986 e chegou ao Senado em 1990 após o assassinato do senador Olavo Pires, candidato ao governo de Rondônia. Até ser indicado relator da CPI do impeachment, seguia uma rotina de senador opaco. Como Saturnino, ele também não pediu para ser o relator da CPI que mudou a história política do país. Ele foi a última opção do PMDB, que deveria indicar o relator. O primeiro indicado, senador Pedro Simon (PMDB-RS) recusou o convite. Cogitou-se do senador Antônio Mariz (PMDB-PB), mas seu nome foi vetado pelo líder do partido na época, Humberto Lucena, que também era paraibano e teve um acesso de ciúme eleitoral. Sobrou para o desconhecido senador de Rondônia.

O trabalho de Amir Lando foi o pontapé inicial do processo de impeachment de Collor e da prisão de PC Farias. Trabalho que afetou a saúde de Lando, que chegou a ter crises estomacais. No dia da leitura do relatório, 24 de agosto de 1992, Amir Lando emocionou a todos ao dizer: "Quase sempre é fácil encontrar a verdade. Difícil é uma vez encontrada, não fugir dela. Espero que a nação não fuja desta verdade que acabei de relatar". Lando foi reeleito e assumiu o segundo mandato em 1999, desta vez como titular.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) é outro que ganhou prestígio e credibilidade após ser indicado relator da CPI dos



REQUIÃO GANHOU RESPEITO DOS COLEGAS AO RELATAR CPI DOS PRECATÓRIOS

Precatórios, instalada em 1996. O líder do PMDB, Jader Barbalho, surpreendeu a todos ao indicar Requião para a relatoria da comissão. PFL, PPB e PSDB interpretaram a nomeação de Requião como uma tentativa de desacreditar a CPI, para proteger os governadores do PMDB na época, Divaldo Suruagy (AL) e Paulo Afonso (SC). As suspeitas que motivaram a CPI envolviam justamente os dois estados.

Além disso, um mês antes da instalação da CPI, Requião teve o seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, por abuso de poder econômico na campanha eleitoral.

Jader Barbalho manteve a sua decisão e disse que não quis a relatoria porque tinha "tarefas paralelas" como líder do PMDB. "Eles não queriam dar fogo? Pois eu vou lhes dar fogo", respondeu Barbalho ao ser questionado sobre a sua escolha. No Senado, Requião era conhecido por seu temperamento forte, mas depois da CPI dos Precatórios ganhou respeito dos colegas e dos eleitores. Depois dos trabalhos da CPI houve mudanças na emissão de precatórios (dívidas judiciais), evitando que o dinheiro fosse usado para outros fins, como vinha ocorrendo em algumas prefeituras e estados. (DN)